



# Anais da Assembléia

32

CURITIBA, SEGUNDA, EM 13 DE ABRIL DE 1987.

ANO XIII

**1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 21.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1987**  
**SEGUNDA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Luiz Alberto Oliveira.

Às onze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baeggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Homero Oguido, João Arruda, Luiz Antônio Setti, Nestor Baptista e Paulo Furiatti (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

MENSAGEM N. 33/87

Curitiba, 06 de abril de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos seguintes termos aditivos a convênios celebrados entre o

Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura:

12.<sup>o</sup> Termo Aditivo datado de 19.12.86, ao Convênio que trata da execução, pela CLASPAR, dos Serviços de Classificação de Produtos de Origem Vegetal;

13.<sup>o</sup> Termo Aditivo datado de 18.11.86, ao Convênio que objetiva a execução de estudos e pesquisas sobre o mercado agrícola;

18.<sup>o</sup> Termo Aditivo datado de 07.08.86, ao Convênio que objetiva dar continuidade à execução de serviços pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 34/87

Curitiba, 06 de abril de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 30 de dezembro de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de APUCARANA, CASCAVEL, FOZ DO IGUAÇU, GUARAPUAVA, LONDRINA, MARINGÁ, PARANAGUÁ, PARANAVAÍ e PONTA GROSSA, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa de Infra-estrutura Urbana dos Municípios - Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, em obras públicas, nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 35/87

Curitiba, 06 de abril de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e os Municípios adiante nominados, nas datas e com os objetivos seguintes.

Município: CASCAVEL

Data: 27.02.87

Objetivo: Realização da EXPOVEL;

Município: CLEVELÂNDIA

Data: 29.01.87

Objetivo: Realização da XIV Feira-Exposição Agropecuária e Industrial;

Município: PAULO FRONTIN

Data: 26.02.87

Objetivo: Instalação de armazém para produtos agrícolas;

Município: PRUDENTÓPOLIS

Data: 08.12.86

Objetivo: Estímulo à agricultura e à produção de erva-mate; e,

Município: QUATRO BARRAS

Data: 06.02.87

Objetivo: Instalação de armazém para produtos agrícolas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 64/86, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - AFIPPUC.

Sala das Sessões, em 13.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor JOSÉ JORGE JÚNIOR, ocorri-

Curitiba, segunda, em 13.04.87

do no último dia 07 na Cidade de UNIÃO DA VITÓRIA.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Vítima de lamentável acidente automobilístico, faleceu no dia 07, na Cidade de União da Vitória, aos 30 anos de idade, o Cirurgião Dentista, Doutor José Jorge Júnior, Presidente da Associação dos Deficientes Lábio-Palatais- (ARLEP) de Porto União da Vitória, Delegado do Conselho Regional de Odontologia de União da Vitória, destacado membro do Rotary Clube de Porto União da Vitória.

O passamento do Doutor José Jorge Júnior, deixou desolada toda a população de Porto União da Vitória, bem como dos Municípios vizinhos, com a perda de um de seus filhos em acidente de trânsito, lamentavelmente ceifando a vida de um jovem que pela dedicação ao trabalho que desenvolvia junto à comunidade, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amigos.

Deixou viúva a Senhora Lúcia e filhinho Felipe, de dois anos de idade.

Jorginho, a vida privou seus familiares de seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; nos corações dos amigos sua eterna presença.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família do Doutor José Jorge Júnior, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALTAIR FOROSTECKI, bem como de sua esposa Dona AMAZILDA PEREIRA FOROSTECKI, sua irmã STEFANIA WALEK e sua cunhada DANUTA ONOSLAK PEREIRA, ocorrido no dia 02 último, em lamentável acidente automobilístico no km 27 da Rodovia do Xisto (BR- 476).

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Senhor Altair Forostecki e mais três pessoas de sua família, ocorrido no último dia 02, em lamentável acidente automobilístico, no km 27 da Ro-

dovia do Xisto (BR-476), veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como da sociedade de União da Vitória.

Ao longo da existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente a passagem pelas realizações de grandes feitos, por características pessoais de bom relacionamento com sua comunidade.

A vida privou Altair, Amazilda, Stefânia e Danuta do convívio de seus familiares, nos corações dos amigos, suas eternas presenças.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família enlutada, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata de trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Liberato, pessoa de família tradicional, ocorrido em 01.04. do corrente, no Município de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada na pessoa de seu filho VERGILIO LIBERATO, residente na Rua Centenário s/n, CEPAG- Prefeitura Municipal de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 13.04.87.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, e com base no artigo 126, do Regimento Interno REQUER a anexação do Projeto de Lei n. 224/86, ao Projeto de Lei n. 06/86, por similitude de matéria.

Ambos, visam regulamentar no âmbito estadual os serviços de Assistência Judiciária e Defensoria Dativa.

Sala das Sessões, em 13.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ SARNEY, Digníssimo Presidente da República, solicitando a suplementação de verbas para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Clínicas da Universidade

Federal do Paraná é responsável pelo atendimento de grande parte da população carente do Paraná. Como Hospital-Escola, representa o maior centro de aperfeiçoamento médico do Estado e um dos maiores e melhores do Sul do País.

Sou sabedor das grandes dificuldades que a Nação ora atravessa. No entanto, para que o serviço à saúde não deteriore, prejudicando a população, direta e indiretamente (baixando o nível de nosso ensino médico), solicito a vossa interferência, no sentido de carrear recursos para a referida instituição.

Com a melhora do nosso ensino, menos brasileiros abastados irão ser operados em Cleveland, e a nossa população de baixa renda poderá contar com um atendimento médico de alto padrão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Senador Jorge Bornhausen, Digníssimo Ministro da Educação, solicitando a suplementação de verbas para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, é responsável pelo atendimento de grande parte da população carente do Paraná. Como hospital-escola, representa o maior centro de aperfeiçoamento médico do Estado e um dos maiores e melhores do Sul do País.

Sou sabedor das grandes dificuldades que a Nação ora atravessa. No entanto, para que o serviço à saúde não deteriore, prejudicando a população, direta e indiretamente (baixando o nível de nosso ensino médico), solicito a Vossa interferência, no sentido de carrear recursos para a referida instituição.

Com a melhora do nosso ensino, menos brasileiros abastados irão ser operados em Cleveland, e a nossa população de baixa renda poderá contar com um atendimento médico de alto padrão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando a construção de Salas de Aula, nas localidades de Descoberto, Rio do Poço e Lagoa Verde, todas no município de Quitandinha que concentra excessivo número de

crianças em idade escolar.

Tendo em vista a condição daquela sociedade que mantém suas atividades voltadas fundamentalmente para agricultura, representando o setor rural a sua base de sustentação econômica.

Em virtude das condições daquele município que, aliás, apresenta um processo desenvolvimentista em ritmo crescente, torna-se imprescindível, por outro lado, a implantação de uma infra-estrutura efetivamente adequada às reais necessidades.

Neste sentido, no que diz respeito à educação, Quitandinha está a reivindicar do Excelentíssimo Senhor Secretário, a criação das mencionadas salas de aula.

Por se tratar de uma justa postulação do município de Quitandinha que reúne todas as condições para isto, a começar pelas inúmeras crianças que necessitam estudar e que deixam de fazê-lo, infelizmente, face à impossibilidade de locomoção até a sede do referido Município, visto que naquelas localidades não existe possibilidade de ensino.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde Pública, visando a liberação de recursos para a construção de um mini-posto de saúde nas localidades de Cerrinho e Descoberto, no município de Quitandinha.

Estas localidades constituem-se em expressivo contingente de pessoas, em sua maioria ligadas direta e indiretamente ao cultivo da terra. Das várias solicitações que fazem, visando a melhoria das condições de vida, destacam-se as implantações dos mini-postos de saúde mencionados.

Para tanto, é necessário o emprego de recursos, onde é esperada a participação dessa Pasta para as construções das referidas obras.

Pelas razões que se apresentam, aliás feitas pelo Ilustríssimo Vereador Sinézio Batista dos Santos, representando as legítimas aspirações do povo daquela região, aguarda-se a adoção de medidas que venham efetivamente trazer os resultados esperados.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enca-

minhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Fernandes Dias, no sentido de que o mesmo determine à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, efetuar levantamento para verificar a possibilidade de ser instalado o sistema de abastecimento de água na localidade de São José e Leão do Norte, Município de Marilândia do Sul - Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987.

(a) JOSÉ FELINTO

#### JUSTIFICATIVA:

Tanto a localidade de São José como Leão do Norte, são Distritos que estão em fase de avançado desenvolvimento, tendo sua população concentrada e sem contar ainda, com o serviço de abastecimento nas casas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, expediente solicitando a adoção de medidas cabíveis para a nomeação de um Juiz de Direito o qual designado atue nas Varas Cível e Criminal, para a Comarca de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

O crescimento da Comarca de Telêmaco Borba gerou um natural aumento de processos a serem julgados naquele Fórum.

Para garantir à população um atendimento efetivo e eficiente é imprescindível a agilização dos julgamentos.

É evidente que precisa ser registrado o empenho do único Juiz daquela Comarca, que não tem poupado esforços para garantir uma tramitação rápida e normal dos trabalhos.

É pois, tão somente pelo número de processos que necessário se faz a designação de mais um juiz.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de louvor e reconhecimento ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Carlos Schwartzner, ex-Superintendente da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Diante do fato de o Dr. Antônio Carlos Schwartzner, estar deixando, profissionalmente o Paraná, em virtude de um convite de uma empresa catarinense, vemo-nos impe-

lidos a manifestar nossos votos, reconhecendo os relevantes serviços prestados ao Paraná, quando respondeu pela Superintendência da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, desde 1972, projetando o nome da SANEPAR nacionalmente, como uma das companhias de saneamento melhores administradas e, consecutivamente, projetando também o nome de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, de acordo com suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Dr. Ary Queiroz, solicitando cópia do Termo Aditivo ao Convênio do PRAM, com duzentos e oitenta e sete municípios paranaenses assinado no último dia 07 de abril, bem como as informações complementares.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Muitos municípios dificultam o acesso às informações por parte da população, sobre projetos de interesse público.

Assim sendo, estas informações me serão úteis no exercício do mandato parlamentar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria de Estado dos Transportes, seja efetuado levantamento para verificar a possibilidade de asfaltamento do trecho de 04 km que liga Marilândia do Sul à BR-376.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1987.

(a) JOSÉ FELINTO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação tem razão de ser, levando-se em conta que o trecho é de apenas 04 km e que o seu asfaltamento traria benefícios para os moradores da região e ainda mais, para os agricultores daquela localidade, pois está sendo construído naquele local um armazém da COPASA e o asfalto facilitaria o acesso ao mesmo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ary Queiroz, Digníssimo Secretário de Estado do Interior, e ao Ilustríssimo Senhor

Roque Robinson Piráquine, Diretor-Presidente da Sanepar, solicitando a instalação de um SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, no Distrito de Guairacá, município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 13.04.87

(a) CÂNDIDO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo Guairacá, um Distrito densamente povoado, é justo que seus moradores contem com um Sistema de Abastecimento de Água, evitando, dessa maneira, o consumo de água insalubre e, na maioria das vezes, danosa à saúde, principalmente das crianças residentes na localidade.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como ao respectivo Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ary Veloso Queiroz, Digníssimo Secretário de Estado do Interior, e ao Ilustríssimo Senhor Roque Robinson Piráquine, Diretor-Presidente da SANEPAR, solicitando a instalação de rede de água potável na Vila Jordão, município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 13.04.87

(a) CÂNDIDO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo a Vila Jordão um grande desenvolvimento, sendo dotada de uma infraestrutura, beneficiada com rede de energia elétrica, ligação asfáltica, e com elevado número de residentes, faz-se necessária a instalação de rede de água potável.

A Administração Municipal tem procurado não apenas conhecer as reivindicações da comunidade, mas procurado, junto com ela, as soluções possíveis. A presente solicitação, uma vez adotada, permitirá eliminar uma série de transtornos no setor de abastecimento de água.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como ao respectivo Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua a Douta Mesa, após ouvir o Magnânimo Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado, Doutor Álvaro Fernandes Dias, bem como ao Ilustríssimo Senhor João Carlos Finardi, Digníssimo Diretor-Presidente do Banestado, solicitando que seja mantido a taxa de juros a 40% ao ano,

sobre o financiamento de "gado geral", levado a efeito no primeiro leilão de Gado, realizado pela Associação dos Criadores de Laranjeiras do Sul, em conjunto com a Prefeitura.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, bem como ao Ilustríssimo Senhor Oscar Ribeiro de Cristo, Digníssimo Secretário Municipal da Agropecuária.

Sala das Sessões, em 13.04.87

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Em maio do ano passado, a Associação dos Criadores de Laranjeiras do Sul, em conjunto com a Prefeitura Municipal, promoveram e realizaram o "Primeiro Leilão de Gado Geral", com grande êxito.

Naquela oportunidade, o BANESTADO funcionou como agente financiador, com juros de 40% ao ano, em plena vigência do Plano Cruzado.

Hoje, com o fracasso do Plano Cruzado e com o conseqüente desmoraamento total na economia interna, com as taxas de juros subindo a níveis inconcebíveis, existe uma expectativa de que o valor seja corrigido, o que atingiria diretamente os compradores que fizeram aquisições financiadas.

O gado geral, como se sabe, acompanha a cotação do mercado, jamais atingindo valores idênticos aos de alta linhagem. Se os juros forem corrigidos, a situação dos compradores com contrato a vencer ficará insustentável.

Desta forma, Sr. Presidente e Ilustres Companheiros, sabedores que somos da nova política que o Estado está imprimindo aos Órgãos Públicos, temos certeza que serão estudados caso por caso e, o que é prioritário, serão mantidos os índices atuais para os contratos que ainda estão a vencer, evitando que a situação dos agropecuaristas se agrave, levando-os à falência.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Pedro Tonelli, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando uma certidão contendo nome dos ex-Governadores que recebem remuneração a título de representação pelo fato de terem exercido o cargo em caráter permanente e o valor mensal de cada remuneração.

Sala das Sessões, em 13.04.87

(a) PEDRO TONELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Muito se fala sobre a remuneração, a título de representação, dos ex-Governadores do Estado do Paraná, atribuída pelo artigo 147, da Constituição Estadual. Não raras vezes este fato é questionado.

Para melhor embasar a atuação parlamentar, requeiro tais informações.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente as Suas Excelências os Senhores Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a PR-182, pela Estrada Lontra, ao Patrimônio de Pindorama e, deste, a PR-485 que liga Casa Branca a Icaraíma, através das Estradas Tupi e Guapira.

Sala das Sessões, em 13.04.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A região compreendida pelas localidades a serem beneficiadas com a pavimentação asfáltica aqui solicitada, é estruturada fundamentalmente por pequenas e médias propriedades, responsáveis por uma produção agropecuária de grande expressão, e de grande significado para a economia do nosso Estado, apesar das dificuldades oriundas da precariedade das estradas de escoamento desta produção, as quais em virtude das características do seu solo, propenso à formação de processo de erosão, tem o seu tráfego impedido a qualquer precipitação mais intensa de chuvas.

Além disso, é ainda oportuno ressaltar o alto custo de manutenção destas estradas para a prefeitura local, bem como para o Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, para que providencie, junto à Secretaria de Estado dos Transportes, a estadualização da estrada que liga Cerro Azul a Caraguatá.

Sala das Sessões, em 13.04.87

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação visa desenvolver aquela importante região do município para que se integre no desenvolvimento de Cerro Azul.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado pedido de informações ao Governo do Estado, versando sobre os seguintes quesitos:

1. Em quais Unidades da Federação, o Governo do Estado do Paraná mantém escritórios de representação ou de apoio administrativo?
2. Qual o valor dos alugueres pagos pelos imóveis?
3. Quais os veículos à disposição dos escritórios?
4. Discriminar, por escritório:
  - 4.1. nomes dos funcionários lotados;
  - 4.2. lotação no órgão de origem;
  - 4.3. tempo em que estão prestando serviços nos respectivos escritórios;
  - 4.4. remuneração recebida, incluindo-se: salários, gratificações, verbas de representação ou outras vantagens pagas.
5. Gastos totais efetuados para a manutenção de cada escritório.

## JUSTIFICATIVA:

Estando o Governo do Estado a realizar uma reforma administrativa, cujo objetivo maior é a racionalização de gastos e a adequação do quadro de funcionários às reais necessidades de cada órgão, para que os Senhores Deputados, ao votarem matéria de tal relevância, disponham de informações abrangentes sobre a situação do quadro funcional do Estado, bem como o gasto do Governo com os escritórios de representação nas diversas Unidades da Federação.

Sala das Sessões, em 13.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, Osmar Dias, solicitando informações urgentes a respeito do andamento das ações visando a anulação dos convênios firmados entre a Secretaria da Agricultura e a FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, bem como com a Sociedade Rural do Paraná, no ano de 1986, de acordo com requerimento proposto por este Deputado e aprovado pelo Plenário no dia 18 de março de 1987.

Sala das Sessões, em 13.04.87.

(a) PEDRO TONELLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, o encaminhamento de proposição ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo, apelando para que o mesmo determine à Secretaria de Educação, o imediato cancelamento da pretendida transferência das instalações do Instituto Politécnico Estadual ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, apelando, também, a favor do prosseguimento normal dos cursos ministrados, de 1.º e 2.º grau, pelo Instituto Politécnico Estadual.

Sala das Sessões, em 13.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

O Instituto Politécnico Estadual, localizado no Município de Curitiba, que abriga dois mil e quinhentos alunos, é a única Escola de nível técnico do Estado, não se justificando a sua doação para o CEFET. O fechamento desta Escola traria prejuízos incalculáveis para a comunidade, já que, além de ser extinto o único curso técnico do Estado, deixaria dois mil e quinhentos alunos sem escola que, em termos orçamentários, significa muito pouco para o Estado, pois pela colaboração de várias indústrias da CIC, o Instituto Politécnico é praticamente auto-suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro inscrito, Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois de nossa ida ao Paraguai, como integrante da Comissão Severo Gomes, venho à tribuna, hoje, tecer algumas considerações, ligadas à liberdade de imprensa, naquele País, aproveitando a pseudo-decisão do ditador Ströessner, de suspender o estado de sítio. (Lê):

A liberdade de imprensa é a pedra de toque da democracia. E também um dos primeiros direitos inalienáveis do homem que os ditadores atingem. Em nossa recente visita ao Paraguai, tivemos a oportunidade de constatar esta verdade. Os ditadores detestam a imprensa porque temem a verdade dos fatos. Sabem que todo fato suscita a possibilidade de aceitação ou de crítica. Como não conseguem conviver com a crítica, usam e abusam da força de que dispõem com a usurpação do poder e garroteiam a imprensa. Chegam ao extremo recurso de fechar rádios e jornais, como se, tolhendo a imprensa pudessem impedir a expressão do pensamento.

Supondo, que impedindo esta expressão, conseguissem que as pessoas não pensassem mais. Os donos do poder, no Paraguai - e em todos os países em regime de exceção -



manipulam o silêncio da imprensa, através de leis autoritárias, emanadas de órgãos oficiais. O Parlamento é também manietado não sendo livre, fazendo-se como que a única voz a ser ouvida seja aquela vinda dos "pronunciamentos" do Governo. Desta maneira, as informações recebidas em todos os níveis pelos paraguaios provêm da mesma fonte: da ditadura.

Como a esta não interessa alterar a ordem vigente, os problemas políticos, administrativos, sociais e principalmente a rede variada de corrupção, não são reconhecidos. Ao contrário, são encobertos e, portanto, admitidos. O contrabando oficializado é uma das muitas formas de sedimentar o poder que não é questionado. Poucos paraguaios têm conhecimento aprofundado das garras e raízes desse contrabando institucionalizado. O pequeno número daqueles que dispõem desse conhecimento, não reúne condições para denunciar a situação, pois a imprensa simplesmente não lhe dá esse acesso. A rede de corrupção institucionalizada no Paraguai envolve o contrabando, o tráfico de influência, a sinecura, a prepotência e o arbítrio. Uma verdadeira coluna de sustentação para um regime duro sem liberdade e sem justiça.

O encontro com lideranças do "Acordo Nacional" ao qual estivemos recentemente presentes, nos propiciou a oportunidade de acesso a um Documento, encaminhado à Delegação Brasileira de Deputados pelo Partido Liberal Autêntico (PLRA), que denuncia: "El Brasil no puede ignorar que la corrupción existente en el Paraguay, no solo perjudica a las clases necesitadas del Paraguay y a todos sus estamentos sociales, sino que através de Puerto Presidente Ströessner, se produce la mayor sangria de divisas fuertes que soporta la estructura económica brasileña".

A corrupção denunciada pelo PLRA, é apenas uma faceta do que ocorre no País vizinho, dominado por uma ditadura que há três décadas comanda os destinos do Paraguai. Se o conhecimento da realidade paraguaia fosse ampliado e divulgado de forma abrangente em termos geográficos e detalhada em termos de profundidade, certamente o Brasil - país fronteiro - teria que adotar medidas drásticas de prevenção. A corrupção é assunto proibido na imprensa. Há outros assuntos que incomodam os "oficialistas", tais como: anistia, tortura, prisões políticas, exílios, contrabando, sindicatos livres, liberdade de cátedra, "habeas-corpus" e domicílio inviolável. Por tudo isso, é imperativo amordçar a imprensa.

O controle dos meios de comunicação é feito pelo ANTELCO - Administración Nacional de Telecomunicaciones que, ironicamente adota o lema "Con usted el Pays y el

Mundo". Mas, apesar do controle absoluto que detém esta empresa sobre todos os órgãos de imprensa paraguaios, recebemos por parte da oposição daquele País, alguns documentos que denunciam as violações da liberdade de imprensa. O presidente da ANTELCO, em 19.03.1987, baixou a Resolução 225 CA, na qual confessa "que existem várias estações de rádiodifusão que estão operando de forma irregular, mudaram de proprietários, outras estão operando em frequências distintas."

Ora, a ANTELCO existe para fazer o controle das estações de radiodifusão. Um trabalho fácil, se levarmos em conta que se trata de um regime de exceção, que tem sob si o controle total de tudo que se passa e se aventa no país.

E vem o presidente do órgão controlador reconhecer descaradamente a existência de irregularidade em algumas empresas, editando uma resolução para que as empresas nominadas se habilitem à nova concorrência! Dentre as empresas citadas está a Rádio Nanduti, fechada pelo governo e assim mantida por decisão superior.

Diante de tal situação, com o reconhecimento oficial assinado pelo Sr. Coronel Miguel C. Guanes, Engenheiro Civil e Militar e Presidente del Consejo sobre a irregularidade de certas empresas, sem que sejam tomadas providências saneadoras. Somos obrigados a concluir que há incompetência generalizada ou outro objetivo inconfesso. Preferimos a última alternativa, pois o objetivo da Resolução é proibir a reabertura da Rádio Nanduti que vinha sendo um canal de expressão na denúncia das arbitrariedades e dos desmandos. É primordial interesse da ditadura paraguaia calar e mantê-la indefinidamente calada. A citada Resolução, em seu artigo 4º, não permite que emissoras fechadas pelo Governo se habilitem na nova concorrência. Muito simples a solução encontrada: o Governo, pela violência, fechou a emissora; o mesmo Governo, pela lei, impede a reabertura, provando que, nas ditaduras, só existem duas opções: ou se submete ao arbítrio e sobrevive manipulada ou deixa de existir.

Em nosso próximo artigo, daremos sequência à análise sobre a legislação paraguaia como instrumento de controle e manipulação da imprensa."

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós queremos registrar que, amanhã, a Rádio Nanduti, fechada, tentará voltar ao ar, no Paraguai.

Solicito, pois, a solidariedade dos Senhores Deputados para que aquela voz da Oposição volte a se manifestar, usando do direito legítimo de se expressar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Conce-



do a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres colegas.

Ainda quase que esquecida, mas ainda se estende por algum tempo, com certeza, a situação difícil de parte importante e integrante da classe trabalhadora do Paraná e, especialmente, de Curitiba, que são os professores municipais.

Gostaria de ler o manifesto dos próprios professores, para que isso realmente chamasse a atenção de todos nós, homens públicos do Estado, e fazer com que levássemos a sério, e as pessoas que exercem e prestam o serviço público, não fossem, mais uma vez, consideradas como pessoas de segunda, terceira e quarta classe.

(Lê):

"CARTA ABERTA À POPULAÇÃO  
E ÀS AUTORIDADES

Nós, professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, estamos em greve. Não por uma questão de querer, mas por imposição da realidade. Não existe outra saída para os trabalhadores brasileiros.

Uma economia dirigida para o pagamento da dívida externa, paga várias vezes, fez com que desde o fim da década de 60 os salários sofressem uma desvalorização progressiva. Esta situação piorou ainda mais, com o Plano Cruzado quando o Governo Sarney, cedendo a pressões, reforçou a política do arrocho salarial.

Dessa forma é que, enquanto o índice do custo de vida subiu 151,6% de janeiro de 1986 para cá, o gatilho só disparou duas vezes.

É essa também a situação dos professores municipais e tivemos uma perda salarial de 61% nesse período. Cada vez mais precisamos encontrar "bicos" ou enfrentar vários padrões para sobreviver, o que acarreta o rebaixamento do nível de ensino. Além disto, é preciso considerar a falta de creches para deixar nossos filhos e o fato de as escolas municipais serem as mais distantes. Por essas e outras razões é que são inúmeros os pedidos de afastamento de professores da rede municipal de ensino, fazendo com que hoje as escolas funcionem com grande número de professores em regime de hora-extra e a Prefeitura venha negando as licenças sem vencimentos.

Não estamos, portanto, lutando por um aumento salarial, mas pelo justo direito de reposição das perdas ocorridas de janeiro de 1986 até agora.

Por outro lado, é preciso lembrar a intensa luta travada, há muitos anos, por estudantes, professores e todo o nosso povo, por melhores condições de ensino e mais verba para a educação. A administra-

ção pública deve estabelecer prioridades na aplicação de recursos. Por que então existe um descaso para com a educação? Por que a educação e a cultura não são encarados como prioridades? Talvez porque não haja interesse em implantar uma escola mais ativa, mais crítica, que forme homens e mulheres conscientes e participantes com real senso crítico e cultura sólida. Homens e mulheres que saberão escolher e questionar seus governantes, não se deixando manipular.

Queremos agradecer às inúmeras manifestações de apoio que temos recebido de pais, alunos, Associações de Pais e Mestres, Associações de Moradores, Clubes de Mães, entidades, partidos políticos e da população em geral. Diante disso, estamos coesos e não nos intimidamos com ameaças e nem aceitaremos punições individuais."

Assinam esta nota os professores da Rede Municipal de Ensino que continuam em greve, e o Prefeito Municipal tem a ousadia de procurar atacá-los, acusá-los e procura todo tipo de confusão para fazer com que eles se desmobilizem e voltem para casa sem nada ter como direito conquistado, que é simplesmente corrigir aquilo que foi defasado após o arrocho salarial do Plano Cruzado.

Muito obrigado, Senhor Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Uma das grandes preocupações do Governo Álvaro Dias é o suprimento alimentar da população paranaense, especialmente aquela parcela majoritária que, durante longos anos, foi marginalizada do processo de definição das políticas oficiais.

A política agrícola fortemente direcionada para a exportação de produtos agrícolas agravou a dependência do Estado de produtos que constituem a alimentação básica do nosso povo.

Para iniciar a reversão desse quadro cruel, o Governador Álvaro Dias, durante mesmo a campanha eleitoral, implementou estudos visando o aumento da produção de alimentos básicos, especialmente através do processo da agricultura irrigada. Os estudos, fundamentados no Programa Nacional de Irrigação do Governo Federal, confluirão para a criação do "Programa de Irrigação e Drenagem do Estado do Paraná", lançado sábado passado, em Londrina, pelo Governador Álvaro Dias.

Esse anúncio retrata a sensibilidade do Governo do Paraná para com a questão

alimentar, constituindo-se, ademais, numa preciosa contribuição para atender à crescente demanda de produtos agropecuários.

Não basta afirmar a vocação agrícola do Paraná. É preciso adotar medidas efetivas que tornem tal vocação uma realidade, utilizando, de forma melhor, os recursos naturais disponíveis através de tecnologias que, visando sua exploração racional, mantenham sua justa preservação.

O programa anunciado tem como balizamento o uso sistemático do solo e da água, dentro de um processo de exploração de várzeas para a produção de alimentos, integrando a ação do Estado com a iniciativa privada.

Os diagnósticos técnicos indicam que o Paraná possui um imenso potencial de várzeas - cerca de 450.000 ha - cujo aproveitamento necessita apenas de pequenos investimentos em obras de drenagem e irrigação. Além disto, todos sabemos, nosso Estado apresenta inúmeras opções de culturas adaptadas e de alta rentabilidade capazes de garantir o retorno sócio-econômico pretendido pelo Programa.

O objetivo maior do Programa é de cunho eminentemente social, já que o aumento da produção e da produtividade das culturas irrigáveis resultará na auto-suficiência do Paraná em produtos de alimentação básica, hoje importados de outros Estados e até de outros países, além do aumento da arrecadação do ICM - vital para o equilíbrio financeiro do Estado e do crescimento da oferta de empregos, especialmente no meio rural.

As metas do Programa de Irrigação e Drenagem, a serem desenvolvidos durante o período 1987/90, objetivam:

1. Incorporar 150.000 ha de drenagem;
2. Beneficiar, aproximadamente, 34.500 agricultores, a maioria pequenos produtores;
3. Aumentar em 300% a produtividade da cultura de arroz; 190% da do feijão; 70% para o milho e 25% para as olerícolas;
4. Incremento da produção de alimentos para cerca de 1.750.000 toneladas, com repercussão no aumento do ICM, do FUNRURAL e do FINSOCIAL/PIS/PASEP;
5. Geração de quase 11.000.000 de serviços de mão-de-obra rural;
6. Repasse de Cz\$ 173.000.000,00 em subsídios para serviços de mão-de-obra e motomecanização.

Trata-se, enfim, Senhores Deputados, de um Programa ousado, mas eminentemente realista e viável, capaz de contribuir de forma decisiva para o aumento da produção nacional de alimentos básicos e para a formação de estoques reguladores adequados, com intensa repercussão na melhoria das condições de vida dos produtores e da população de modo geral. É um Programa que

demonstra a vontade política de um Governo comprometido com as propostas do PMDB, propostas estas que aspiram a construção de um futuro melhor e mais justo para o nosso povo.

Temos, neste momento, de expressar nossos votos para que o Governo Álvaro Dias prossiga nos seus propósitos de edificar o Paraná do futuro, aliando, ao saneamento administrativo ora em curso, programas de alto interesse social, contribuindo de forma decisiva para a consolidação da democracia em nosso País."

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado; concedo-lhe trinta segundos para o encerramento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu solicitaria a Vossa Excelência que desse como lido o meu expediente.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio, inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveitamos esta rápida passagem pela tribuna para fazermos uma reflexão, e ao mesmo tempo um alerta. Aliás, o momento é bem oportuno, já que estamos na Semana Santa, que lamentavelmente, cada vez, serve menos para o homem se recolher interiormente, e mais para que aproveite o dia de folga para as suas atividades materiais.

Ninguém tem dúvidas, que a raiz dos males que se abatem sobre este Brasil, que tem tudo para progredir e se desenvolver, está na cultura do seu povo.

Povo inculto é fácil de ser conduzido. O subdesenvolvimento do povo leva a Nação à dependência econômica dos países desenvolvidos. Nossa dependência histórica, que logo estará completando quinhentos anos.

Nós dizíamos que o objetivo era trazer uma reflexão, e vejam os Senhores, ontem percorremos ruas, praças e estradas, com os discursos à procura de votos. Discursos onde a educação era colocada como meta prioritária; discursos onde a busca de soluções para o problema do menor abandonado era plataforma de muitos, inclusive, do Governador Álvaro Dias, que a este item deu especial atenção, usando os menores na sua campanha publicitária. Mas, a campanha passou, e os problemas que ontem eram focados ao longe, hoje estão em nossas mãos.

Em nossas mãos, porque não vamos esquecer que o Governo do Estado é exercido pelo Executivo e pelo Legislativo. Não es-

tamos, nesta Casa, apenas para dar o tom de legalidade ao Executivo; e menos ainda, para tratar de nossos interesses pessoais. Representamos mais de sete milhões de paranaenses, e assim é que todos os problemas que lhes dizem respeito, temos que nos posicionar nesta Casa.

O Paraná, Senhores Deputados, possui um único Instituto Politécnico. Esta Escola, a única, eu repito, de nível técnico do Estado, vai ser doada ao CEFET. Pretende-se, uma vez mais, "dar de mãos beijadas", um patrimônio estadual, ao Governo Federal, para que o CEFET possa instalar no Instituto Politécnico Estadual, o seu campus dos cursos superiores.

É lamentável, Senhores Deputados, a Secretaria da Educação do Estado do Paraná, não pode cometer este crime. O Instituto Técnico Estadual abriga dois mil e quinhentos alunos. É a única Escola do Paraná que possui cursos técnicos de segundo grau, tais como: Agrimensura, Saneamento, Eletrônica e Química, além de ministrar em um período, aulas para o primeiro grau também.

É um crime contra a educação que se pretende cometer neste Estado. Um crime que nós Parlamentares, independente de cores partidárias, temos que evitar a decisão de extinguir um colégio como este. É de extrema gravidade. Hoje, se extingue essa Escola, única em sua área, localizada em Curitiba, amanhã poderá ocorrer o mesmo em cada um dos municípios, aqui representados pelos Senhores Parlamentares. Afinal, Senhores Deputados, temos representantes de todas as regiões do Paraná, por isso, peço a atenção de todos.

Precisamos aliar nosso discurso de campanha com o da prática. Não podemos ficar apenas na retórica de palanque. Basta de sermos taxados de demagogos. Mais um ano e estaremos de volta às estradas, aos municípios à procura de votos.

Por isso, é preciso que todos se engajem nesta campanha, para evitar que um crime contra a educação neste Estado se cometa, quando mais uma vez o nosso Governo entrega de mãos beijadas uma escola profissionalizante.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Raul Lopes, inscrito.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo esta tribuna para fazer uma exaltação e cumprimentar o nosso Governador, pela felicidade de ter-se manifestado já em declaração em Brasília, no desencadeamento de uma operação de combate ao

contrabando de café e soja.

Exaltar seria desnecessário, mas quero, nesta oportunidade, parabenizá-lo e dizer aos companheiros o significado dessa operação. Além de trazer os benefícios para a nossa receita, ela tem um sentido muito significativo que é também fortalecer o combate ao crime do tráfico de entorpecentes.

Vejam os Senhores, que pela primeira vez, eu que milito há muitos anos na área de segurança, assisto ao sistema todo, integrado para num esforço conjunto desenvolver uma ação, cujo benefício haverá por certo de trazer resultado.

Refiro-me ao sistema de segurança pública, sistema da justiça, sistema da polícia federal, da receita e assim toda a nossa comunidade, além naturalmente dos benefícios que essa operação irá desenvolver.

No que diz respeito ao aparte que o companheiro, Deputado Algaci Túlio, levanta sobre o fechamento do Instituto Politécnico Estadual, poderíamos também, solidarizando com o prezado companheiro, tranquilizá-lo. Convivi e convivo com aqueles companheiros, e tenho assistido junto com o Senhor Secretário da Educação, que acabou de nomear o Superintendente da área de ensino, Senhor Daniel Tomazeki, que está junto àquela comunidade, desenvolvendo esforços no sentido de ver o que é que se pode fazer. No entanto, existe muita especulação ainda em torno deste aspecto.

Quero crer que teremos um final feliz, por isso que Sua Excelência o Secretário da Educação vem desenvolvendo um trabalho em prol daquela grande comunidade de ensino.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queríamos, inicialmente, trazer aqui o nosso voto de solidariedade aos Professores da Universidade Federal do Paraná que, já em greve há vários dias, estão a reivindicar uma série de medidas do Governo Federal que consideramos das mais justas, e passo a nominar aqui para conhecimento do público do Paraná, bem como desta Casa. O que esses professores estão a reclamar é o seguinte:

1. Adoção do plano de carreira única para os docentes das instituições de ensino superior federais;

2. isonomia salarial plena aos docentes das autarquias e fundações com os salários corrigidos;

3. aposentadoria integral;
  4. verbas de custeio e capital;
    - a) retornar aos níveis de 1973;
    - b) adicional de custeio e capital
- para o pleno funcionamento das universidades;
5. revogação do decreto que proíbe contratação de pessoal;

Senhor Presidente, Senhores Deputados, sem examinar a fundo essas reivindicações, nós acreditamos compartilhar exatamente da inteligência paranaense, daqueles que são responsáveis em formar os nossos futuros técnicos; aqueles que laboriosamente trabalham para o avanço cultural da nossa sociedade. Sabemos da situação calamitosa em que se encontra o setor público, e cada vez mais necessitamos de medidas de compromisso social do nosso Partido, o PMDB, em incentivar o ensino público para oferecer maiores oportunidades aos nossos estudantes. Não podemos exigir dos nossos professores, o sacrifício que se exige a um professor da Universidade Federal do Paraná.

É por isso, que queremos deixar nosso apoio e pedir a esta Casa que também se manifeste junto ao Ministério da Educação para que o Senhor Ministro tenha a devida compreensão e venha ao encontro e, de uma vez por todas, negocie e termine a greve, porque dentro de poucos dias estará comprometido o semestre letivo deste ano aos nossos alunos da Universidade Federal do Paraná. É portanto, urgente que se tome uma medida para que possam assim, alunos e professores voltarem para a sala de aula e continuarem o seu trabalho de tão grande importância para a sociedade paranaense.

Em segundo lugar, gostaria de pedir vênua aos Senhores Deputados, por apresentar e pedir apoio ao requerimento que pode parecer até de cunho pessoal. Entretanto, há poucos instantes estarei dando entrada à Mesa desta Douta Casa de Leis um requerimento pedindo voto de reconhecimento, de agradecimento e de louvor pelos relevantes serviços prestados ao Paraná e dirigido ao Senhor Antônio Carlos Schwartzner, ex-Superintendente Administrativo da Sanepar. Dirijo-me aos Senhores Parlamentares pedindo apoio a esta singela homenagem que este Parlamento prestará ao cidadão Antônio Carlos Schwartzner, pelas razões, Senhor Presidente, que passo a expor:

- Se fosse apenas uma pessoa ligada ao meu círculo de amizades do qual muito me orgulho, estaria eu, certamente fazendo uso indevido desta Tribuna. Trata-se, no entanto, de um técnico em Administração de Empresas, de Recursos Humanos da maior competência, graduado em recursos humanos com especialização na Inglaterra. E desde 1972, vem prestando serviço à Sanepar; co-

laborador direto da Empresa Consultora Hoyer quando esta convidada a proceder à reforma administrativa ...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Esta Presidência comunica a Vossa Excelência que o seu horário está esgotado.

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Consultamos o Senhor Deputado Rafael Greca se fará uso da palavra.

(Pausa).

Ausente, consulto o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, se fará uso da palavra.

(Pausa).

Ausente, consulto o Senhor Deputado Caíto Quintana se fará uso da palavra.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos o Senhor Deputado Pedro Tonelli. (Declina).

Havendo declinado, consultamos o Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan. (Declina).

Com a palavra o Senhor Deputado Gernote Kirinus, no Grande Expediente, por trinta minutos.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhores Deputados, agradeço, inclusive aos Senhores Deputados que declinaram deste Expediente para que eu pudesse encerrar o meu pronunciamento.

Dizia eu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que desde 1972, este cidadão, este engenheiro, técnico em administração vem trabalhando para colocar a Sanepar como uma das empresas - reconhecida a nível nacional - de melhor gabarito em todo território nacional, inclusive com reconhecimento internacional. E justiça seja feita, fiz oposição aos Governos anteriores, mas foi exatamente na gestão do então Presidente Ingo Hubert, que inclusive registrou a sua experiência na empresa SANEPAR, num livro de sua autoria intitulado: "A Estatal Eficaz: Mito ou Possibilidade?"

E o nosso homenageado Antônio Carlos Schwartzner labutou durante todo esse período para garantir o bom conceito dessa empresa e colocá-la na ordem das melhores empresas de saneamento a nível nacional. Apesar das restrições que se fazem às empresas estatais pelo seu mau funcionamento e a SANEPAR não ter gestões elogiadas no passado, o Senhor Antonio Carlos foi um dos grandes colaboradores que ao lado do atual engenheiro Presidente da CELEPAR Roque Piráquine, levou essa empresa a ter o conceito que tem hoje a nível nacional - como uma das melhores empresas. E se é uma empresa da qual o Paraná pode orgulhar-se, hoje, graças aos esforços de seu qualificado corpo técnico. Não poderemos ter o mesmo orgulho amanhã, por termos perdido para uma empresa privada de Santa Catarina

ou talvez até para o atual Governo deste mesmo Estado, um os mais destacados técnicos da estirpe de Antonio Carlos Schwartzner.

Não é a SANEPAR que perde um competente técnico, mas o Paraná que perde um de seus melhores colaboradores. É pena que isso aconteça, exatamente no momento em que o Paraná precisa congregiar as mais célebres inteligências em administração para poder pôr em execução o plano da reforma administrativa do Governo de Álvaro Dias.

Por outro lado, é um paradoxo que a saída de Antônio Carlos Schwartzner se dê em função de mudanças praticadas no intuito de reforma.

Quero que o Paraná de amanhã seja complacente para conosco por esta nossa falha. Não faltou interesse desse Parlamentar em sugerir uma função administrativa para um bom aproveitamento de tão qualificado técnico. Não faltou ao Governador do Estado, boa vontade em recomendá-lo ao Senhor Secretário Mário Pereira. Não faltou ao Senhor Secretário da Administração, Mário Pereira, esforço no sentido de convencer o Senhor Presidente da SANEPAR, no aproveitamento do Senhor Antônio Carlos Schwartzner naquele órgão. O próprio Presidente atual da SANEPAR, reconhece as qualidades técnicas de quem não soube aproveitar. E de quem não sou eu que recomendo mas é seu curriculum, os seus serviços prestados, e os seus colegas de serviço. Enfim, sua capacidade, prestígio, preparo, competência e, acima de tudo, a sua honestidade.

Mas, apesar de tudo isto, meu Paraná, sem compreender bem este paradoxo, eis que um filho seu que não rugiu à luta, no passado e tampouco pretende fugir no presente, e que não por vontade própria leva seu acervo de experiências e sua inteligência a outro Estado. Talvez porque não lhe soubemos oferecer as oportunidades de continuar se somando ao crescimento do nosso Paraná. Desculpe-nos, Paraná. Receba o Senhor Antônio Carlos Schwartzner pelo menos o reconhecimento deste Parlamento, que sempre soube valorizar os homens que têm lutado pelo bem de nosso Estado.

Torno a repetir, o Paraná perde um grande técnico. Tenho certeza que não perdi um amigo, exatamente porque minha intercedência junto ao Governo não era fisiológica, visava unicamente o interesse de meu Estado. Se algum prejuízo há que ser registrado, é o do Paraná, que por ser também meu Estado, considero-me igualmente lesado. Aliás, não é a primeira vez que inteligências, valores humanos paranaenses saem de nosso Estado para Santa Catarina. Refiro-me ao escritor Werner Zotz, inclusive autor intelectual do então falado Instituto Estadual do Livro, hoje acertado

com o Secretário da Cultura que seria uma Fundação do Livro, e hoje em fase de implantação, e de estudo na Secretaria. Werner Zotz foi o autor intelectual deste projeto.

Em junho de 1984, foi oferecida a oportunidade ao Paraná de ter tão importante obra na Secretaria da Cultura, de então.

Este trabalho fora sugerido ao então Secretário Fernando Ghignone, já em 1984. É um trabalho que visava apoiar e divulgar a literatura do Paraná, através de uma Fundação Estadual do Livro.

O Paraná deixou de apreciar o estudo do eminente escritor Werner Zotz, que acabou indo para Santa Catarina, onde hoje integra o corpo de assessores de alto nível do Governador Pedro Ivo, tendo sido inclusive, coordenador da campanha de Pedro Ivo. São inteligências, são valores humanos que aqui não permanecem, até porque a recomendação de um Parlamentar muitas vezes mais do que ajuda, pois é considerada suspeita de fisiologismo.

Mas, é o Parlamento, por outro lado, o primeiro a reconhecer as qualidades humanas de cujo acervo o Paraná é riquíssimo.

Tenho, no entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a certeza de que estes ilustres paranaenses não esquecerão o Paraná, apesar dos Governos. E assim como Werner Zotz, que hoje vem especialmente tratar do assunto da Fundação Estadual do Livro com o nosso Secretário da Cultura, assim também Antônio Carlos não saberá negar o chamamento de nosso Estado.

Sabemos, como filhos desta terra, que os paranaenses que saem, ouvirão o apelo de nosso estado, a ser feito oportunamente.

Desejamos, para finalizar, muito sucesso a estes paranaenses, restando-nos consolo de que Santa Catarina também é terra brasileira.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o horário do Grande Expediente, no Horário das Lideranças consultamos a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por oito minutos e meio.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu apresento hoje um requerimento nesta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Annibelli, que diz o seguinte:

(Lê o requerimento):

"O Parlamentar que o presente subscreve, integrante da Bancada do PMDB, no uso

de suas atribuições, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Alvaro Dias e ao Presidente do Egrégio Tribunal da Justiça do Estado do Paraná, pedindo que eleve a Comarca de Porecatu, a "Entrância Intermediária".

Há muitos anos, a Comarca de Porecatu vem sendo palco de significativo volume de ações cíveis, criminais, familiares e, especialmente, trabalhistas. Ano e ano, a provocação do poder jurisdicional cresce, de tal forma que se torna impossível a apenas um magistrado dar andamento, de forma adequada e célere, ao grande número de feitos, prejudicando-se a solução dos litígios.

Embora o Egrégio Tribunal de Justiça haja criado a Comarca de Centenário do Sul, o alívio causado por essa providência não foi suficiente para desonerar o juiz de tamanha sobrecarga de trabalho.

É bom observar que o magistrado, titular da Comarca de Porecatu, tem-se dedicado com firmeza exemplar, trabalhando, diariamente, de segunda a sábado (inclusive), no período das 7 horas às 19 horas. Isto para tentar fazer a justiça menos lerda, e, ainda assim, seus sacrifícios pessoais não têm logrado o efeito desejado, porquanto é humanamente impossível, por mais esforços que se empreenda, superar a carga de trabalho que deveria ser desempenhada por pelo menos três membros da magistratura."

A Comarca de Porecatu engloba três grandes municípios: Mirassol, Florestópolis e o próprio município de Porecatu. Os registros do Cartório do Distribuidor comprovam, claramente, a existência de muitos conflitos sociais nessas áreas, exigindo-se, por consequência, uma resposta mais rápida do Poder Judiciário.

Os fatos acima declinados indicam a necessidade urgente de se elevar a Comarca de Porecatu para ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA, o que possibilitaria a imediata melhoria na distribuição da justiça, naquela região. Tem-se conhecimento de que outras Comarcas, já na condição de entrância intermediária, apresentam menor volume de trabalho do que o verificado em Porecatu, o que demonstra encontrar-se esta Comarca em plenas condições de receber o benefício da elevação.

O momento é particularmente oportuno, eis que se encontra no Egrégio Tribunal de Justiça, para reformulação, o projeto de lei que introduz profundas alterações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado. Portanto, justo seria olhar-se para a longínqua Porecatu, incluindo-a no projeto como Comarca de ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

A Prefeitura de Porecatu muito tem contribuído, oferecendo condições mate-

riais para a instalação de juizes e promotores. E já se conhece a disposição do Senhor Prefeito Municipal daquela cidade em, mais uma vez, colaborar para a melhoria da promoção da justiça dessa Comarca.

Dessa forma, Senhor Governador, Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, é a presente para solicitar de Vossas Excelências a adoção de medidas visando à elevação da Comarca de Porecatu à ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA, o que, sem dúvida, muito contribuiria para o desenvolvimento das relações sociais das comunidades de Porecatu, Florestópolis e Mirassol. O senso de justiça de Vossas Excelências muito me anima a acreditar que este justo pleito será prontamente atendido, apresentando desde já, em nome das comunidades desses municípios e em meu próprio nome, a eterna gratidão pela decisão que, sem dúvida, irá favorecer o povo interiorano do nosso Estado.

Não sou Deputado deste município. Obtive ali uma pequena votação, mas tenho acompanhado o trabalho do Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Porecatu, sei do seu brilhante trabalho à frente dessa Comarca. Sei que ele tem trabalhado de segunda a domingo para tentar acelerar a solução dos problemas desta Comarca.

Para este requerimento que encaminho à Presidência desta Casa, pedindo a Entrância Intermediária para o município de Porecatu, gostaria de contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa. Espero que este requerimento chegue ao Presidente do Tribunal de Justiça, chegue ao Gabinete do Sr. Governador Alvaro Dias, e que ele, realmente, não pare numa gaveta, porque eu já não aguento mais ver os requerimentos desta Casa serem colocados em gavetas...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

Consultamos o Deputado Pedro Tonelli se fará uso da palavra, no horário do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras, colegas Parlamentares, demais presentes e ouvintes desta sessão:

Estou completamente a favor daquilo que tanto se prega, ou seja, a favor da transparência, da moralidade no trato do bem público e também no desempenho da nossa função, que, já, além de legisladores, devemos agir com competência como fiscalizadores das diferentes instâncias do Poder Executivo, neste sentido estou hoje, no uso das atribuições regimentais, encaminhando alguns requerimentos, para que sejam apreciados neste Plenário, para que sejam entendidos, para que a gente saiba melhor muita coisa que não está muito clara para nós e, principalmente, para as



pessoas que contribuem e que sustentam este Estado.

Estou encaminhando à Mesa requerimento dirigido ao Sr. Vice-Governador, Ary Queiroz, solicitando a cópia do termo aditivo do Convênio do PRAM que foi assinado no começo do mês, com 287 Municípios.

Por isso, estamos pedindo o apoio dos companheiros deste Plenário.

Estamos encaminhando, também, um requerimento ao Exmo. Secretário da Agricultura, Sr. Osmar Dias, pedindo informações de como está a questão dos convênios, que deveriam ser revistos e anulados, convênios que estavam passando recursos públicos a entidades patronais, e que foram muito bem reconhecidos por este Plenário como merecedores de uma revisão.

Estamos, também, encaminhando requerimento ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando certidão contendo os nomes e os valores das pensões pagas aos ex-Governadores e quanto eles recebem a título de representação, pelo fato de terem exercido em caráter permanente de Governador.

Então, solicito encarecidamente, que este Plenário se interesse e aprove esses requerimentos a bem de atender a vontade pública de saber o que nós estamos gastando, e onde.

E estamos também propondo a este Plenário, para o que, certamente, vamos precisar do apoio de, no mínimo, dezoito Parlamentares e também em nome do belo pronunciamento e da bela intenção, já conhecida, do Governador Álvaro Dias, em lutar pela transparência, pela seriedade e pela moralidade pública.

Então, estou oferecendo uma Emenda que necessita de subscrição de pelo menos dezoito companheiros Parlamentares, uma Emenda que revoga o artigo 147, da Constituição Estadual do Paraná. Revogado isso, certamente os ex-Governadores não terão os benefícios de representação, conforme estão tendo hoje, porque nós, na justificativa, dizemos que não são justos tais vencimentos tendo em vista que, são vencimentos elevadíssimos. E, como todos sabemos, a maioria do povo do Paraná não tem nenhuma condição de, em tão pouco tempo de trabalho, e tão pouco tempo de curso no trabalho, receber valores altos.

Nós só admitimos que algo é justo, que algo é possível, quando é inviável, pelo menos, para a maioria.

É isso que estamos propondo.

Então, no decorrer desta semana, traremos outras propostas e outros fatos ao conhecimento desta Casa de Leis, desta Casa tão importante.

Já estamos sabendo de abusos de Poder Público que estão ocorrendo e de outros que ainda continuam ocorrendo, como por

exemplo, dentro da CLASPAR. Vamos trazê-los ao conhecimento de todos, com as suas devidas provas.

Já sabemos também que foi denunciado aqui, na última sessão, o famoso cheque de 190 milhões de cruzados, denunciado pelo nobre colega, Deputado Luiz Antônio Setti, do PTB. Em nossa opinião, se não coibirmos fatos dessa natureza, estamos fugindo de uma grande missão nossa, que é a de fiscalizador. Nós temos que apurar, temos que comprovar e temos que fazer retroagir esses atos abusivos do Poder Público.

Quando nós sentimos o interesse do Governador quanto a necessidade de demitir cinco mil funcionários para economizar 50 milhões de cruzados da folha de pagamentos, vemos que os 190 milhões denunciados, são uma importância considerável, pois correspondem ao custo de quatro meses de cinco mil funcionários públicos demitidos. Então coisa desse tipo não podemos deixar em branco e não podemos deixar passar sem nos preocupar. Estamos sabendo também, embora o nobre líder da Bancada do PMDB, Deputado Caíto Quintana, que defende o sigilo bancário, tenha dado a entender nas entrelinhas que não é interessante que o Banco do Estado dê explicações para essa Casa, explicações solicitadas por colegas dessa Casa também. Contudo, nós já temos alguns documentos que, do nosso ponto de vista, indicam abuso do poder público e que estão ocorrendo dentro do Banco do Estado.

Oportunamente fazemos questão de trazer a público, trazer ao conhecimento desses parlamentares, e ao conhecimento do público do Paraná, que são recursos seus que estão sendo administrados dessa forma. Sabemos, também, que existe na COHAPAR abusos no uso dos recursos públicos, e nós vamos trazer os dados ao conhecimento desta Casa de Leis, deste Poder fiscalizador, vamos provar isso e vamos pedir providências, e certamente contaremos com o apoio dos Pares desta Casa.

Portanto, solicito o apoio a esses requerimentos e solicito também a preocupação de todos nós em fazer com que não permaneçamos simplesmente no discurso, na justificativa, na aparência pública, mas que todos nós passemos para a prática de realmente coibir o abuso na utilização dos recursos públicos, que são recursos produzidos com o trabalho do povo paranaense.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado nobres colegas. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consultamos à Liderança do PTB se fará uso da palavra.

(Pausa).

Ausente, consultamos à Liderança do



PL. Com a palavra o nobre Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna nesta tarde, os quais têm relação muito direta com nosso futuro. O primeiro deles é o problema que está se verificando nas universidades federais brasileiras, com a paralisação dos docentes, em virtude do não atendimento de suas justas reivindicações, repetidamente apresentadas aos setores competentes. Ainda há pouco, recebemos de uma comissão de representantes dos professores da Universidade Federal do Paraná, um memorial pedindo o apoio dos Senhores Parlamentares à causa que é defendida por esses docentes, especialmente no que diz respeito à justa remuneração pelos serviços que vêm prestando à causa da educação.

Informou-nos um professor que atualmente recebe tão somente Cz\$ 3.700,00 por uma atividade intensiva no processo educacional naquela importante casa de ensino. E, realmente há de se convir que com esse valor não há necessária condição emocional para o desenvolvimento ideal das atividades tão importantes para o futuro de nossa terra.

Por outro lado, o segundo assunto, é o III Encontro Nacional de dirigentes do Partido Liberal, que foi realizado, desde a sexta-feira última até a data de ontem, no Rio de Janeiro, oportunidade em que foram debatidos diversos assuntos, também relacionados com a elaboração da Nova Constituição Federal. Pudemos levar opiniões colhidas em nossas viagens por diversos municípios paranaenses, no sentido de que sejam encontradas algumas soluções através da Constituição do nosso País, especialmente para a agricultura, eis que o nosso Estado, como Estado que tem nesta atividade a sua maior força econômica, precisa ter uma melhor contemplação por parte dos setores competentes federais.

Acreditamos sinceramente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos Senadores e pelos Deputados Federais do Partido Liberal, associados aos Deputados Estaduais, de diversos pontos do nosso País, resultarão em alternativas realmente válidas, lógicas, baseadas no bom senso e nos melhores princípios, para a solução dos magnos problemas da nossa terra.

Voltaremos a esta tribuna, em sessão futura, para ressaltar algumas teses que foram aprovadas durante aquele importante encontro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Ho-

rário das Lideranças consultamos o PDS se fará uso da palavra.

(Pausa).

Ausente consultamos o Senhor Deputado Basílio Zanusso, do PFL.

Tem a palavra, por dois minutos e meio, o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Diretório Regional do Partido da Frente Liberal fez realizar, na cidade de Umuarama, sábado passado, dia onze de abril, uma reunião objetivando reunir e reuniu lideranças de aproximadamente trinta municípios, para discutirem lá, fundamentalmente, se ao Partido convém permanecer na Aliança Democrática, ou romper com esta mesma Aliança.

E as conclusões, Senhores Deputados, foi que após amplos debates, com a participação de Deputados Estaduais e Federais - estaduais na sua totalidade, mais agricultores, pecuaristas, serventes e pedreiros, inclusive, a palavra unânime dos nossos companheiros, foi pela proposta ao Diretório Nacional do Partido do futuro rompimento com a Aliança Democrática Nacional.

Mas isto não é surpresa no Paraná, porque o que se discutiu, e a conclusão a que se chegou, na cidade de Umuarama, foi a mesma coisa que se discutiu, e que se concluiu na reunião dos Deputados e Lideranças, das Bancadas estaduais do Partido da Frente Liberal em todo o Brasil, em Belo Horizonte.

Mas, eu não poderia deixar de vir à tribuna, além deste registro, para cumprir o Deputado Alexandre Ceranto, que se responsabilizou por aquele Encontro, pela organização de tudo o que aconteceu em Umuarama, com relação à reunião do nosso Partido. O Deputado Alexandre Ceranto, que tem em Umuarama a sua sede política eleitoral, levou para aquele Encontro as Lideranças mais expressivas, de todos aqueles Municípios que formam a microrregião de Umuarama.

Portanto, nós queremos aqui desta tribuna fazer este registro, este reconhecimento pela capacidade de organização, de disposição de trabalho e companheirismo, com que se conduziu o companheiro Deputado Alexandre Ceranto, de Umuarama.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consulta à Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Curitiba, vive o caos na área da educação.

Todas as escolas do Município estão fechadas e hoje completa seu décimo terceiro dia da greve dos professores municipais.

Sua Excelência o Prefeito Roberto Requião, que em sua campanha para Prefeito foi aos palanques e disse ao povo, que uma das metas prioritárias do seu governo seria a área da educação. A construção de salas de aula, um melhor salário, um salário mais justo para os professores e um tratamento todo especial para a criança curitibana, pelo menos isso, o Prefeito deste Município disse em palanque.

O Governador Álvaro Dias, em sua campanha para o Governo do Estado, percorreu esta cidade, percorreu este Estado e sempre fazendo questão de pousar ou de ser filmado ao lado de crianças em meio as crianças, dizendo que no seu governo, a meta prioritária também seria a educação.

O Senador Affonso Alves de Camargo, era visto nos jardins de infância, nas escolas, nas creches, carregando no colo crianças e dizendo que para a criança todo o Governo estaria voltado.

Lamentavelmente o que se vê, agora é bem o contrário. Hoje nós estamos com toda a rede municipal de ensino paralisada, atingindo nesta segunda-feira décimo terceiro dia de paralisação e nós não sentimos, até agora, nenhum pouquinho de sensibilidade de Sua Excelência o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, que diz não ter dinheiro para melhor pagar os professores.

No entanto, aqui desta tribuna, vários Deputados já se posicionaram e denunciaram que o Prefeito de Curitiba gasta milhões de cruzados em propagandas por este Paraná afora.

O Senhor Prefeito utiliza a imprensa, o rádio, a televisão, os jornais, usa a imprensa gastando importâncias volumosas mais para se promover, do que propriamente promover este Município e, então lamentavelmente, Sua Excelência vem e diz que não tem dinheiro.

O Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, na última quinta-feira, acabou jogando numa "fria" o Governador deste Estado, Senhor Álvaro Dias, ao marcar uma audiência. Não sei, quero crer que não seja verdade, que não tivesse sido um baralho marcado, quero até acreditar que Sua Excelência o Governador entrou numa "fria" Certamente o Senhor Governador não sabia o que lhe preparava o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, ao pedir-lhe uma audiência, acompanhado de líderes dos professores, acompanhado das lideranças da Câmara Municipal de Curitiba. E eu também tive a oportunidade de estar presente

naquele momento em que o Governador recebeu os líderes da Educação em Curitiba e o Prefeito Roberto Requião.

E foi taxativo o Governador do Estado, ao dizer que não tinha a mínima possibilidade de atender o pedido do Prefeito. O que é queria o Prefeito de Curitiba? Que o Governador do Estado encampasse a dívida com os Professores municipais, que o Governador do Estado pagasse os salários dos professores, como se isso fosse obrigação do Governo do Estado? As escolas são do Município, os professores são contratados pelo Município e, portanto, não caberia ao Governador do Estado dar uma solução para o problema.

É evidente que poderíamos admitir que o Governo do Estado, sabendo das dificuldades da Prefeitura, pudesse até acenar com alguma possibilidade, de solução, mas isto não foi possível. O Prefeito Municipal, useiro e costumeiro em transferir problemas, acabou ouvindo, na audiência com o Governador, o que não poderia ouvir e, por conseguinte, também o Governador, entrou na "fria" em que foi colocado pelo Prefeito e acabou ouvindo o relato dos professores naquela noite de quinta-feira.

Então, lamentamos profundamente esta situação e, mais uma vez, fazemos uso da tribuna nesta Casa para dizer que o discurso do Prefeito Roberto Requião, quando em campanha para Deputado, antes de chegar nesta Casa, quando se colocava à frente das passeatas, à frente das invasões, sempre criando problemas para esta cidade, sempre jogando a Polícia contra o povo, sempre jogando o Governo contra o povo, contradiz a sua ação de hoje quando ele age exatamente ao contrário. O que disse em palanque agora não vale, porque agora é ele que está no poder.

Estamos no décimo terceiro dia da greve dos professores municipais, pela insensibilidade de Sua Excelência, o Prefeito, pela falta de compreensão deste homem que já passou por esta Casa. Tenho certeza que nos Anais desta Casa há discursos inflamados do agora Prefeito, criticando aos Governos, criticando as autoridades, criticando os professores passados, e, quem sabe, até o seu próprio companheiro, Deputado Federal Maurício Fruet, indo em defesa de professores, de trabalhadores, das classes mais oprimidas desta Cidade. No entanto, agora ele faz o jogo completamente ao contrário.

Por isso, nós esperamos que ainda haja tempo para que o Prefeito deste Município tenha um pouco de sensibilidade, olhando para o professor que é obrigado a dar três turnos de aula para sobreviver; o professor que é obrigado a sair de um bairro, atravessar a cidade, para dar aula num ou-

tro bairro da cidade, para ganhar um mísero salário de três mil cruzados e alguns quebrados. Este mesmo professor que é obrigado, às vezes, na sua sala de aula dar de comer às crianças, entregar a canequinha de uma merenda escolar de péssima qualidade. E como é que o Senhor Prefeito, diz em sua propaganda da televisão, que o Governo do Paraná dá saúde e comida para as crianças? Se os Senhores forem testemunhar, forem fiscalizar, verão que a merenda escolar é de baixa qualidade.

Queria também, neste momento, em nome da Bancada do PDT, mostrar a solidariedade aos professores da Universidade Federal do Paraná, que se encontram em greve há vinte dias por diversas reivindicações. E esperamos também, que haja sensibilidade da parte do Governo para o atendimento aos professores da Universidade Federal do Paraná.

E por último, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos cumprimentar o editorial da "Gazeta do Povo". O texto faz várias indagações, cobrando, mais uma vez, a exemplo do que fizemos aqui na semana passada, cobrando do Governo do Estado uma posição em relação ao dado do que o nosso Governo dá ao Governo Federal sem receber a adequada e justa contrapartida.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 134/85, que cria o Município de CORUMBATAÍ DO SUL, com território desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com as divisas que especifica. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 68/85, de 01.08.85).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 320/85, que declara de Utilidade Pública as entidades constituídas no Estado do Paraná, integrantes das Instituições LIONS CLUB DO BRASIL e ROTARY CLUB DO BRASIL, e dá outras providências. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 137/85, de 03.12.85).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 321/85, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE FRANCISCO BELTRÃO, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 137/85, de 03.12.85).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre

a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Liberato, ocorrido no dia 04 de abril do corrente ano, no Município de Campo Largo. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Altair Forostecki e sua esposa, Amazilda Pereira Forostecki, bem como de sua irmã Stefânia Walek e sua cunhada Danuta Onoslak Pereira, ocorrido no dia 02 de abril do corrente ano, na Rodovia do Xisto, BR-476. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Jorge Júnior, ocorrido no dia 07 de abril do corrente ano, no Município de União da Vitória. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 64/86, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano - AFIPPUC. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanussó, constante do expediente, encarecendo a anexação do Projeto de Lei n. 224/86 ao Projeto de Lei n. 06/86, por similitude de matéria. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encarecendo uma certidão contendo o nome dos ex-Governadores que recebem remuneração a título de representação, e o valor mensal de cada remuneração. -

A Mesa deixa de receber este requerimento, com base na Emenda n. 15, da Constituição, que dá nova redação ao Art. 15 da mesma Constituição.

A Mesa encaminhará, por intermédio do Governador, pedido de informação sobre fatos relacionados com matéria legislativa em trâmite ou sujeita à fiscalização da Assembléia Legislativa.

Não é o caso desse requerimento, que Vossa Excelência poderá refazê-lo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga a PR-182, pela estrada Lontra, ao Patrimônio de Pindorama e deste à PR-485, que liga

Casa Branca ao Município de Icaraíma, através das estradas Tupi e Guapira. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a estadualização da estrada que liga o Município de Cerro Azul a Caraguatã. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo a suplementação de verbas para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, encarecendo a suplementação de verbas para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Diretor-Presidente do BANESTADO S/A, encarecendo seja mantida a taxa de juros de 40% ao ano sobre o financiamento de gado, levado a efeito no primeiro Leilão de Gado, realizado pela Associação dos Criadores do Município de Laranjeiras do Sul. - Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encarecendo a adoção de medidas cabíveis para a nomeação de um Juiz de Direito que atue nas Varas Cível e Criminal, para a Comarca de Telêmaco Borba. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o cancelamento da transferência das instalações do Instituto Politécnico Estadual ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, para o prosseguimento normal dos cursos ministrados, de Primeiro e Segundo Graus, pelo Instituto Politécnico Estadual. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

va.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Diretor-Presidente da SANEPAR, pleiteando a instalação de rede de água potável na Vila Jordão, Município de Guarapuava. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Diretor-Presidente da SANEPAR, encarecendo a instalação de um sistema de abastecimento de água no Distrito de Guairacá, no Município de Guarapuava. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine ao Sr. Secretário dos Transportes o levantamento para verificar a possibilidade de asfaltamento do trecho de 4 km, que liga o Município de Marilândia do Sul à BR-376. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a construção de salas de aula, nas localidades de Descoberto, Rio do Poço e Lagoa Verde, no Município de Quitandinha. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre em quais Unidades da Federação, o Governo do Estado mantém escritórios de representação ou de apoio administrativo. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde, encarecendo a construção de um mini-posto de saúde nas localidades de Cerrinho e Descoberto, no Município de Quitandinha. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo cópia do Termo Aditivo ao Convênio do PRAM, com 287 municípios paranaenses, assinado no dia 07 de abril do corrente ano. Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar) Sr. Presidente, apenas para justificar

e solicitar à Bancada do PMDB, a votação em contrário do presente requerimento, até por uma economia de tempo e de material, visto que falamos tanto em economizar no Estado e os convênios do PRAM estão publicados no Diário Oficial. Basta pegar o Diário Oficial do Estado que está lá, constam os convênios com os Municípios e os respectivos valores.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Matéria está em votação. - Rejeitada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborquetti, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, viabilizando a elevação da Comarca de Porecatu, à Entrância Intermediária. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Antônio Carlos Schwartzner, ex-Superinten-

deste da SANEPAR. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo informações sobre as ações visando a anulação dos convênios firmados entre essa Secretaria e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, bem como a Sociedade Rural do Paraná, no ano de 1986. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 07/87.

Levanta-se a Sessão.